

A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ANÁLISE DOCUMENTAL

Jonas da S. Melo^{1*}; Edvonete S. de Alencar²

1. Estudante da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (FAED-UFGD)
2. Professora da FAED-UFGD/Orientadora

Resumo

O propósito dessa pesquisa é identificar como os textos normativos relacionados a formação de pedagogos abordam a perspectiva inclusiva. Para compreender as perspectivas inclusivas que perpassam a história da educação, foi-se necessária uma pesquisa bibliográfica que se apontasse a perspectiva inclusiva visada na análise documental. O estudo de documentos normativos possibilita perceber as culturas imaginadas nessas políticas públicas de inclusão social. A filosofia da multiplicidade de Deleuze nos ajuda a compreender as diferenças humanas como puras e reais. Baseado em uma perspectiva inclusiva que contempla a multiplicidade existente em cada ser humano e em cada espaço social, analisamos os documentos buscando os avanços em prol dessa perspectiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Formação de Professores, Filosofia da Diferença.

Apoio financeiro: CNPq.

Trabalho selecionado para a JNIC: UFGD.

Introdução

O debate sobre inclusão não se inicia somente pela existência da exclusão, mas sim após perceber os processos excludentes ao qual as pessoas são submetidas. Neste artigo, buscamos encontrar como os processos inclusivos são trabalhados, ou se são trabalhados, nos textos que regem a formação de pedagogos no Brasil. Para isso, foi-se necessário perceber os processos excludentes que acontecem no âmbito educacional. Sendo a educação um fenômeno social, uma análise de seus processos jamais poderia ser simplista ou reducionista. Nessa complexidade, buscamos compreender as diversas perspectivas que tratam sobre a diferença presente em nossa sociedade. A partir desse momento, nos atemos a uma pesquisa bibliográfica sobre a filosofia da diferença, e como ela influencia a pedagogia.

Na história da filosofia, muitos foram os autores que se ativeram ao fato de que somos diferentes, e muitas são as explicações para esse fenômeno. Essa pesquisa, em sua limitação, se resumiu as filosofias da diferença em Platão, Hegel, Nietzsche, Adorno e Horkheimer e Deleuze. Essa pesquisa contribuiu para compreender os processos excludentes em nossa sociedade através de sua fundação, e a partir disso compreender as diferentes políticas, culturas e práticas de inclusão (BOOTH e AINSCOW, 2002).

Esse trabalho é baseado nas pesquisas institucionalizadas no Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica (OIIIPe), sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na qual a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) é parceira. Dentre essas pesquisas, herdamos o conceito de inclusão construído através da perspectiva omnilética. Santos (2013), autora do conceito, propõe que os fenômenos de exclusão e inclusão sejam compreendidos “em sua integralidade visível e em sua potencialidade” (p. 16). Para isso combina métodos tanto dialéticos quanto complexo para melhor compreensão do fenômeno social.

Os textos normativos apresentam uma potencialidade de compreender as políticas de inclusão e as diferentes formas de ver a diferença. Elas refletem culturas imaginadas pelos seus autores e influenciam diferentes práticas inclusão. Portanto, esse artigo tem a intenção de analisar esses textos para delinear que culturas têm influenciado as práticas de inclusão no Brasil.

Metodologia

A primeira parte do artigo é uma pesquisa bibliográfica com o intuito de fundamentação teórica para a análise documental, que constitui a segunda parte do artigo. Na primeira parte, o estudo sobre a filosofia da diferença foi essencial para que se compreendesse como acontece a exclusão e as diferentes visões sobre o que seria inclusão. Assim, a partir da pesquisa bibliográfica foi definido a perspectiva inclusiva visada na análise documental dos textos normativos sobre a formação do pedagogo. A procura por fontes que atendessem aos objetivos da pesquisa bibliográfica se deu através de textos terciários que remetiam a tratados filosóficos sobre o tema (BUENO, 2015; GALLO, 2017; GHIRALDELLI JR., 2010; JUSTINO, 2014; ROCHA, 2006).

Tendo a fundamentação teórica para análise, o método de pesquisa documental foi embasado nos estudos de Andre e Ludke (1986). Como objetivo dessa pesquisa, a pesquisa documental se caracteriza pela análise de textos que constituem matéria de primeira ordem, no qual abrange textos normativos, que não expressam, teoricamente, perspectiva pessoal. Dentre eles estão a Constituição Federal, leis educacionais, pareceres e resoluções que de alguma forma influenciam a forma de se pensar a inclusão e a exclusão. Na leitura desses textos, teve-se como meta encontrar perspectivas que tratam sobre a diferença biológica e social e a formação de professores.

Resultados e Discussão

Na leitura dos documentos selecionados, possibilitou-se uma classificação conforme a área em que o documento afetava. Por exemplo, textos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional refletem um caráter administrativo, que busca organizar as estruturas da Educação Nacional considerando os sistemas educacionais em níveis, as modalidades de ensino, o financiamento educacional, entre outras. Já textos como as Diretrizes Curriculares Nacionais apresentam um caráter mais pedagógico, estabelecendo princípios e objetivos do ensino. Essa tipologia se dá pela tendência do documento. No entanto, em todos os documentos é possível que se encontrem artigos tanto administrativos quanto pedagógicos. A classificação não é com a intenção de generalização, mas de demonstrar um movimento, mesmo que difuso, de que conforme o tempo e o aprofundamento dos documentos normativos, há uma tendência de tratar a diferença de outra maneira.

Nos textos administrativos que foram analisados (a CF, a LDB e o PNE), embora tenham diferentes finalidades educacionais e contextos diferentes, estão conectados pela política de inclusão. O sistema educacional brasileiro, regido por esses documentos, trata a diferença e a desigualdade classificando-as em modalidades de ensino. A administração educacional na macropolítica tem a intenção de generalizar o atendimento conforme a condição do educando, em vista econômica. Por exemplo, a oferta do ensino noturno, conforme o inciso VI do artigo 4º da LDB, busca atender a demanda de adolescente que precisam trabalhar em período diurno para auxiliar no sustento da família. (BRASIL, 1988, 1996, 2014)

A separação em modalidades de ensino tem como objetivo aproximar o educando com necessidades especiais o mais perto possível do que deveria ser o ensino regular. As práticas de ensino dessas modalidades correspondem a uma adaptação do ensino regular a condição do educando.

Os textos com caráter pedagógico (os DCNs e o PPP), buscam, por sua vez, despertar no professor em formação a percepção sobre as diferenças e capacitá-lo a “identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativas, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras” (BRASIL, 2006, p. 2). A formação do pedagogo visa sua capacitação para conduzir processos formativos contextualizados que levem o educando ao pleno desenvolvimento de suas aptidões. (BRASIL, 2006, 2015; UFGD, 2017)

Conclusões

Conforme a pesquisa bibliográfica realizada previamente, observa-se uma tendência majoritária de tratar a diferença como um distanciamento de uma forma idealizada. Os pensamentos platônico e hegeliano influenciam essa tendência através de uma dialética que visa a síntese. A política analisada em alguns dos textos normativos analisados na pesquisa documental representa a mesma tendência no momento em que se estabelece um ensino regular.

A contradição nessa prática se dá pela negação da individualidade em cada processo de aprendizagem. A aprendizagem é um processo único para cada indivíduo considerando que primeiramente que cada um nasce com características próprias, e posteriormente que vive em um contexto familiar e social próprio. A diferença, nesse caso, é potencialidade. A aprendizagem aplicada ao contexto social do indivíduo é p que transforma a sua realidade. No entanto, a educação ofertada às pessoas excluídas se sustenta na promessa de uma realidade imaginada.

Os documentos mais recentes já trazem essa perspectiva individualizada, como o PNE de 2014 e o DCNs. No entanto, muito precisa ser feito, tanto na política quanto na academia, para que a exclusão deixe de tornar um problema estrutural.

Referências bibliográficas

- BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Index for Inclusion: developing learning and participation in schools.** [S.l.]: Centre for Studies on Inclusive Education, 2002. Disponível em: <<https://www.eenet.org.uk/resources/docs/Index%20English.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 06 ago. 2018.
- BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 15 de Maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Acesso em: 3 jun. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 1º de Julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 6 fev. 2018.
- BUENO, S. F. Da teoria crítica ao pós-estruturalismo: breves apontamentos para uma possível confrontação entre Adorno e Deleuze. **Educação em Revista**, Curitiba, n. 56, p. 149-161, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n56/0101-4358-er-56-00149.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- GALLO, S. **Deleuze & a Educação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- GHIRALDELLI JR., P. **O que é Dialética do Iluminismo?** [S.l.]: Manole, 2010. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449110/>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

JUSTINO, D. L. D. S. A Dialética Hegeliana e o Materialismo Dialético de Marx. **Revista FAFIC**, Cajazeiras, 2014.

Disponível em:

<https://www.fescfafic.edu.br/revista/index.php/artigos/download/83_4f8cd04ee6d8bc79e69d2cc751f89081>. Acesso em: 10 ago. 2018.

ROCHA, M. L. D. Identidade e diferença em movimento: ressonâncias da obra de Deleuze. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 18, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdpsi/v18n2/v18n2a05.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

SANTOS, M. P. D. **Dialogando sobre Inclusão em Educação: contando casos**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Faculdade de Educação. Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia - Licenciatura. **UFGD**, Dourados, MS, 2017. Disponível em:

<<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/COGRAD/PPC%20PEDAGOGIA%202017.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2018.